

Editorial

O planeta parou e a terra ardeu. Ardeu com as queimadas no outback australiano, no véu alaranjado que cobriu de chamas a Califórnia, a Amazônia e o Pantanal. Incêndios criminosos, testemunhas do avanço descontrolado e destrutivo do Capital sobre a natureza, sobre toda a vida. E o céu escureceu. Escureceu com a fumaça da ignorância sobre a gravidade da crise climática em nosso planeta, crise que coloca em risco a própria sobrevivência da humanidade e que pode ser percebida por alguém tão jovem quanto Greta Thunberg, mas ainda assim negligenciada por chefes de Estado e pelo empresariado que só enxergam os lucros de hoje.

E o mundo adoeceu. A pandemia de Covid-19 nos varreu e levantou a poeira do esquecimento e do silenciamento jogada em cima de toda miséria, opressão e desmonte dos serviços públicos, daquilo que deveria ser o básico e comum a todos/as. A pandemia do novo Coronavírus desnudou o lado mais sórdido do capitalismo, deixando ao léu milhares de seres humanos, jogados à própria sorte em meio ao avanço avassalador do vírus. Não bastasse estarmos já desprovidos/as de proteção social, de saúde pública, de emprego com com garantias e direitos mínimos, de previdência e sem renda que possibilite pagar pelo acesso à dignidade e à cidadania. Milhões de seres humanos tiveram ainda que se defrontar com uma enxurrada de notícias e informações falsas. Além disso, os países que antes exaltavam a chamada globalização se digladiam para garantir estoques de futuras vacinas, seringas e agulhas, enquanto uns já começaram seu plano de vacinação, aqui no Brasil, parece que a lógica é não vacinar.

Um conflito surreal se instalou entre cuidar da saúde e cuidar da economia, pois mesmo em meio à maior pandemia da nossa geração o Capital não aceita desacelerar. Mesmo em face da morte, a economia não pode parar. A crise sanitária que se instalou só aprofundou o desastre social, humano e ambiental em curso. Nunca o conceito de necropolítica de Achille Mbembe fez tanto sentido e tornou-se tão explícito.

E nesse trem desgovernado de doença, trabalho e morte somos obrigados/as a olhar para aquela seletividade, que possibilita privilegiados/as permanecerem trabalhando com um relativo nível de segurança em suas casas, enquanto outros/as, simplesmente, têm que se jogar na roda viva da morte se arriscando

nas ruas e transportes lotados. Entre esses/as últimos/as, ficam cada vez mais evidentes as cores, os traços étnicos não caucasianos, os passaportes do chamado “sul global”, “as mães solteiras”, fileiras de jovens entregadores rodando em bikes ou a pé pela cidade, “empreendedores” de sua própria miséria, sem perspectiva de carreira ou emprego formal. A eles/as não é dado o privilégio do home office, do acesso à leitos de UTI em hospitais privados, do seguro desemprego na eventualidade de doença. Sufocados pelo Capital antes mesmo da pandemia. Sufocados pela violência policial, pela opressão racial, pela xenofobia, certas vidas pouco importam, são descartáveis. George Floyd, as primas Emily e Rebeca, vítimas da violência policial; o menino Miguel, vítima da indiferença da nossa burguesia ávida por esconder a todo custo sua própria mestiçagem; Madalena, escrava doméstica por 38 anos; João Alberto, assassinado por seguranças no Carrefour. Fatos incontáveis de um cotidiano de violência, opressões e exploração sangram a ferida do racismo, que o Capital insiste afirmar poder superar com o mito do mérito e do esforço individual. Impulsionaram também ondas de resistência em todo o mundo, tirou muitos/as da letargia, conseguiu acender a chama da empatia e fazer retroceder, ainda que temporariamente, o poder do ódio na esfera política.

Donald Trump saiu derrotado nas eleições americanas. E essa derrota é claramente mais significativa que a vitória de Joe Biden, um democrata mais que conservador. Aqui em nossas terras o clima não foi muito diferente, pois as eleições municipais garantiram algumas vitórias parciais. Prefeitos do centrão dominaram o bloco eleito e governadores, tomando a frente na corrida pela vacina, demonstram um relativo enfraquecimento da fração fascistóide ou “ala ideológica” instalada no governo.

Um ano de severas perdas, com inúmeras e diferentes tipos de expropriações, a vida foi a mais impactante, com a morte de quase 200 mil pessoas pelo novo coronavírus, somente em nosso país. Para esses, o ano de 2020 foi o último ano de suas vidas.

A tarefa atual é a da resistência e seguir no trilho da batalha das ideias pela emancipação humana.

No caminho de defesa da ciência e por outro horizonte, esta edição da nossa revista traz ricas contribuições, com uma diversidade de temas fundamentais, como a análise da formação socioeconômica brasileira, da autocracia burguesa; sobre os dilemas educacionais; debates clássicos e contemporâneos de lutas da ordem do dia. Imprescindíveis para continuarmos com o propósito da nossa revista e, conseqüentemente, para os enfrentamentos cotidianos. Nós enquanto editores/as sentimos o peso de construir esse número diante de tantos atropelos e demandas gigantescas, mas, ao mesmo tempo, recebemos a contribuição imprescindível de todos os/as pareceristas, dos/as integrantes do coletivo de revisão e da equipe editorial que cederam espaço em suas agendas e higienizações

diárias para construir esse novo número da revista conosco. A cumplicidade mútua entre os/as editores/as também foi essencial, o afeto e a solidariedade coletiva superaram, mais uma vez, a opressão e barbárie que vivemos no dia a dia. Nosso muito obrigado/a a todos e todas.

Abrimos nossa revista com o instigante artigo “A disputa do Imaginário e a esquerda: pela reconstrução de um imaginário revolucionário”, texto de Edson Mendes Nunes Júnior e Luan Cardoso Ferreira. Os autores abordam a importância do imaginário, a partir da teoria psicanalítica, resgatando o debate, primordialmente, entre Freud e Lacan em diálogo com os escritos de Marx e Engels. Destacam o conceito lacaniano de “imaginário” como uma dimensão do encontro entre o real e o subjetivo, considerando um campo de disputa importante para atividade política revolucionária que atualmente é hegemonizado pela ideologia neoliberal. Eles criticam a noção de “terceira via” pela esquerda e defendem a importância do “imaginário revolucionário” na luta política contra-hegemônica.

Fernando Gil Sánchez, em seu artigo intitulado: “Ideología valenciana. Una crítica de la ética en los negocios a partir del pensamiento de Karl Marx” escreve uma importante contribuição sobre a impossibilidade de uma ética empresarial proposta pela “Escola de Valencia” legitimar as ações econômicas intrínsecas do capital. Sánchez, por meio da contribuição marxiana e da tradição marxista, demonstra que um conjunto de valores morais empresarial não são capazes de ocultar a luta de classes, o fetichismo da mercadoria, a exploração dos trabalhadores e demais elementos constitutivos das relações de produção capitalistas.

No artigo “David Harvey: mercadoria, capital, capital de empréstimo e capital fictício – Notas críticas”, o autor Paulo Henrique Furtado de Araújo realiza uma contundente crítica, apreendendo elementos de método, que comprometem a análise de David Harvey sobre a obra *O capital*, de Karl Marx, que consequentemente desencadeiam equívocos sobre categorias e perspectivas para o devir.

Glauber Lopes Xavier, em seu artigo “Contribuição à análise crítica do capitalismo dependente brasileiro”, nos fornece uma importante análise sobre a formação socioeconômica brasileira por meio do debate da formação da burguesia nacional, da chamada “revolução brasileira” e da formação do Estado burguês, fundamentado em alguns clássicos do pensamento social brasileiro dentre eles: Joaquim Nabuco, Oliveira Vianna, Caio Prado Jr. e Florestan Fernandes.

O artigo de Julio Cesar Pereira de Carvalho intitulado “Empresariado e Ditadura: contribuições para uma análise de longo prazo do processo de neoliberalização brasileiro (1967-1977)” reconstrói as relações de setores chave do empresariado brasileiro durante a ditadura militar. Concentrando-se notadamente na indústria de base, no setor automotivo e no setor bancário, o autor revela o vínculo íntimo estabelecido por essas frações do Capital ainda durante a ditadura

com elementos centrais para o neoliberalismo na América Latina, tais quais: a agenda privatizante, o processo de financeirização e a defesa incontestada do livre mercado.

Gabriela de Oliveira Delgado, Giovane do Nascimento e Renata Maldonado da Silva no artigo “O governo Temer e o avanço autoritário das contrarreformas no campo educacional” discutem as políticas públicas aprovadas durante o governo Michel Temer (2016-2019) que impactam diretamente a educação, como a Emenda Constitucional nº 95 (EC 95), que congela os gastos públicos por 20 anos, e a Reforma do Ensino Médio (lei nº 13.415). O debate sobre a reforma educacional, especialmente seu conteúdo político, é travado sob a ótica do processo maior de avanço das contrarreformas neoliberais e ataque aos direitos dos trabalhadores.

Em “A obra cinematográfica como fonte histórica: por uma abordagem crítico-materialista” Cíntia Medina debate o cinema a partir do marxismo, considerando o fato fílmico em sua totalidade, isto é, o cinema como síntese de múltiplas determinações. Medina acredita ser possível transpor uma análise superficial de uma produção audiovisual por meio da reflexão dialética do cinema enquanto obra de arte, mercadoria, produto coletivo de trabalho humano abstrato, agente e documento histórico de uma época. Considera ainda relevante pensar e decifrar a linguagem cinematográfica desde sua pré-produção até sua distribuição nas salas de cinema e festivais, afinal, o cinema é produto e produtor da realidade social no qual está inserido.

Neste número, trazemos como nota crítica um potente texto de Rejane Hoeveler sobre a audaciosa insurreição popular que vem tomando o Chile, desde outubro de 2019, botando em xeque o modelo chileno de desenvolvimento liberal e levando ao sepultamento da Constituição liberal de 1980. O estallido de 2019-2020 é fruto de um processo de mobilizações sociais por reformas constitucionais em curso desde 1998, com tímidas vitórias aprovadas nos governos Bachelet e constante pressão social, remontando à “revolta dos pinguins” em 2006, ao movimento No Más AFP de 2016 e às ocupações feministas em escolas e universidades em 2018. Como resultado do novo plebiscito de 25 de outubro de 2020, aprovou-se a redação de uma nova Carta Constitucional com aterradora margem de 80% e a condição de sua produção, a partir de uma Convenção Constitucional composta exclusivamente por indivíduos eleitos popularmente para esse fim.

Em luta e memória, nossa revista apresenta “O acirramento das contradições no Império: uma entrevista com Leo Panitch”, entrevista realizada por Ana Garcia, Débora Gaspar e Filipe Mendonça. Leo Panitch nos deixou recentemente e foi um valoroso intelectual socialista e internacionalista, deixando um imprescindível legado. Leo Panitch concedeu esta importante contribuição, logo após as eleições norte-americanas, esta considerada uma das mais importantes da

história estadunidense. Panitch, com suas contundentes e lúcidas reflexões, resgata análises fundamentais sobre as contradições que permeiam o capitalismo e os aparentes paradoxos entre globalização e nacionalismo, como também resalta a face fascistizante cada vez mais hegemônica da sociabilidade burguesa e, por isso, o indispensável resgate da utopia.

Para fechar a última edição da nossa revista deste fatídico ano, temos a resenha de João Leonardo Medeiros sobre a aguardada biografia de Karl Marx, escrita por José Paulo Netto. Medeiros, em sua resenha, elucida que a obra que nos apresenta “é uma espécie de dois em um: uma biografia de Marx e uma antologia de José Paulo Netto”. Medeiros ressalta que apesar de existirem diversas biografias de Marx, a elaborada por José Paulo Netto, este sendo um dos maiores pensadores do marxismo no Brasil, traz contribuições valiosíssimas não apenas sobre a vida e obra de Karl Marx mas para a tradição marxista e para o pensamento social.